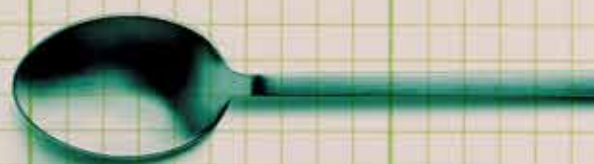


Março de 2025

Os caminhos da **comida:** o papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar



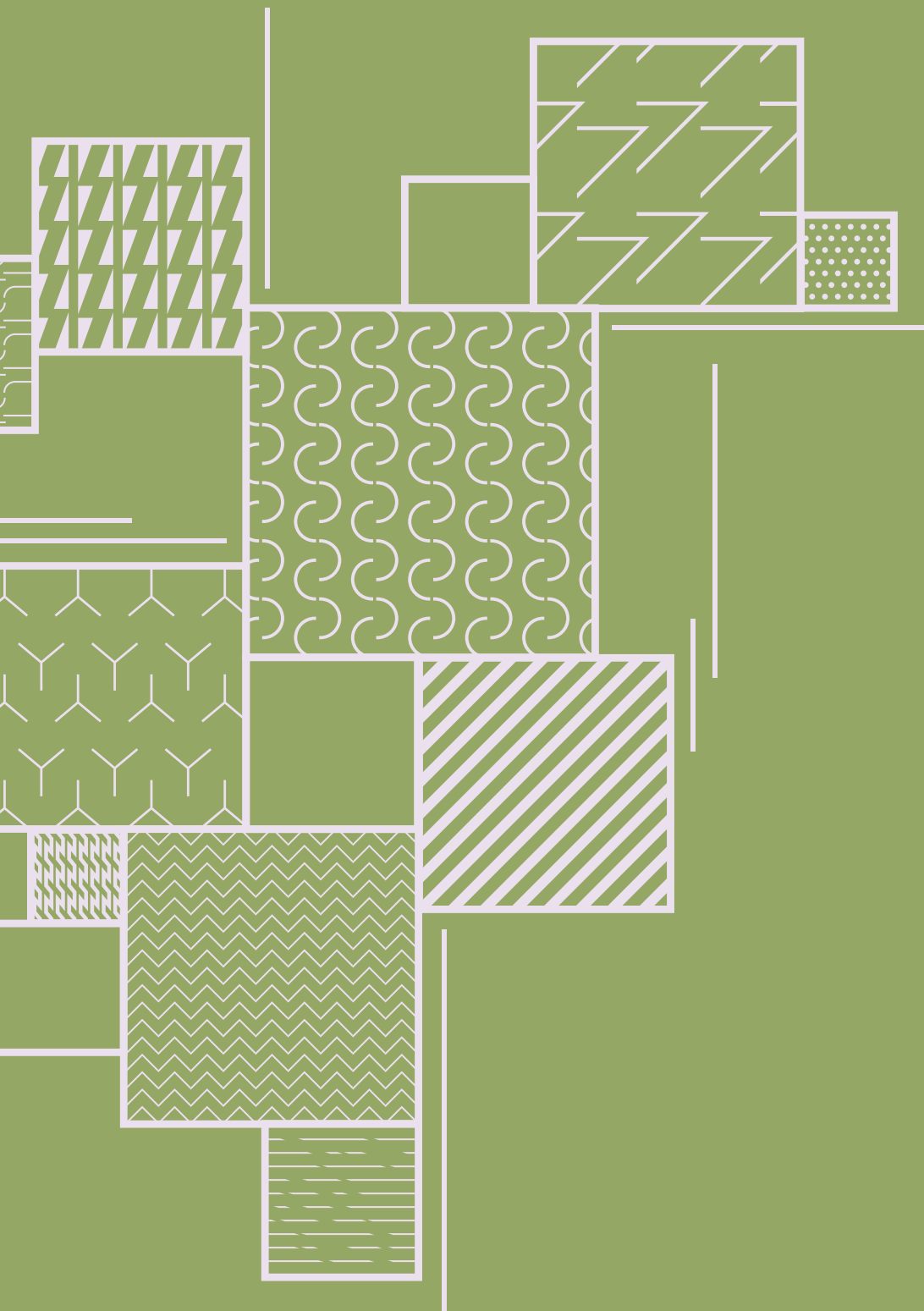
IPPUC



CURITIBA



INSTITUTO
ESCOLHAS



Os caminhos da **comida:** o papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar



Licença Creative Commons
Esta obra está licenciada
com uma Licença Creative
Commons

Atribuição-NãoComercial
4.0 Internacional.





Índice

Apresentação	07
Principais números	10
1. A produção de alimentos	12
1.1. Perfil dos estabelecimentos e dos agricultores	16
1.2. A força da agricultura urbana em Curitiba	18
2. Distribuição, comercialização e acesso a alimentos	20
3. Consumo de alimentos	26
4. Tratamento de resíduos	30
5. Conclusão	34
6. Ficha técnica	38

Apresentação

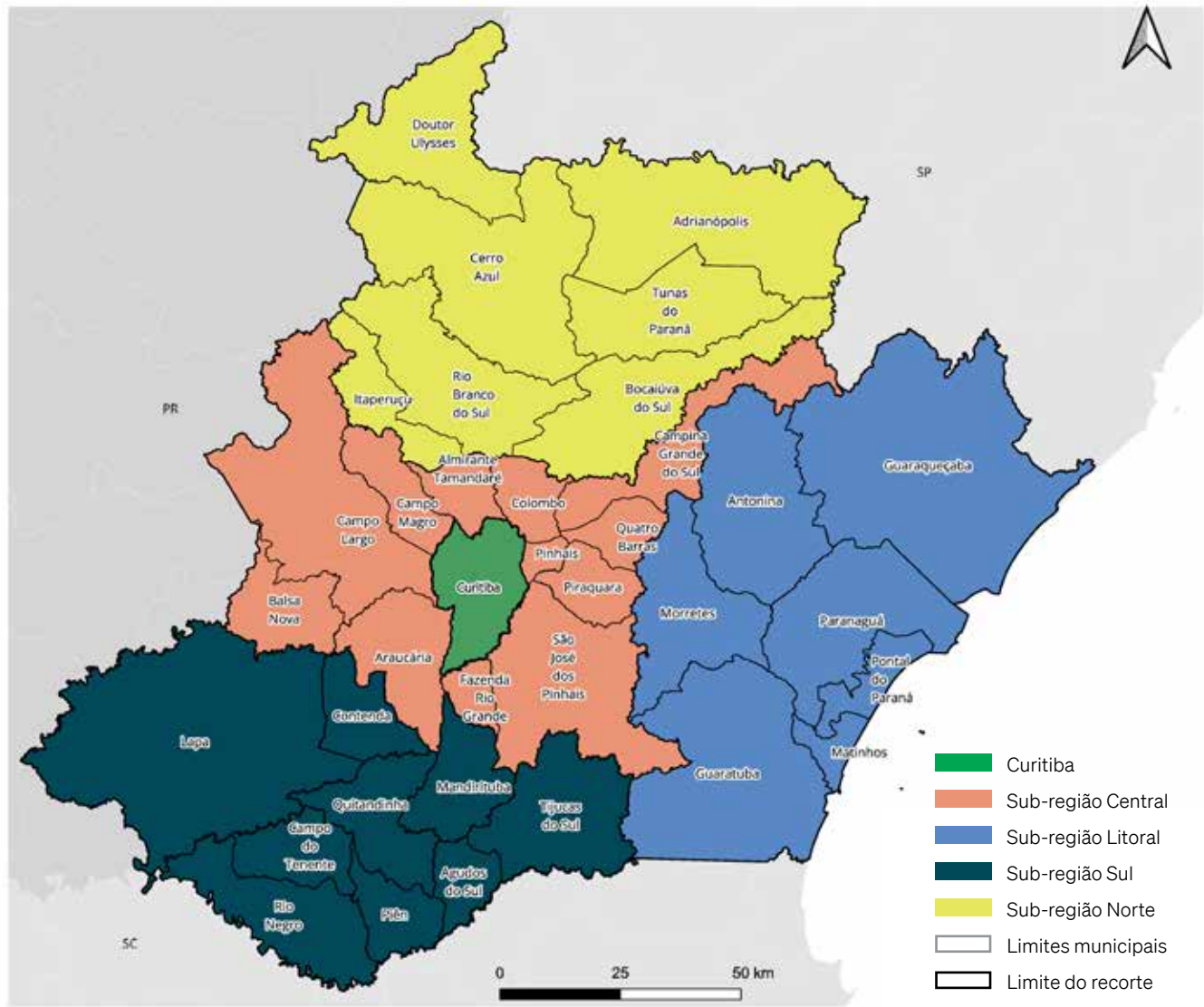
Este estudo resulta da parceria entre o Instituto Escolhas, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura Municipal de Curitiba (SMSAN), que se uniram para investigar como os municípios de Curitiba, da região metropolitana e do Litoral poderiam aproveitar os avanços identificados nesse território e solucionar os múltiplos desafios ainda presentes no sistema alimentar da região analisada. Ademais, buscou-se apontar caminhos para que o planejamento urbano possa viabilizar mudanças.

O município é a unidade administrativa em que os impactos, tanto positivos como negativos, relacionados às atividades do sistema alimentar são mais sentidos. Por exemplo, a cidade de Curitiba é referência nacional e internacional em políticas públicas de planejamento urbano e de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). E para alcançar esses resultados exitosos, o município conta, em grande medida, com os alimentos produzidos na região metropolitana e no Litoral.

A pesquisa buscou mapear e analisar dados secundários sobre o sistema alimentar regional de Curitiba, região metropolitana e Litoral do Paraná. Foram relacionadas informações sobre a produção, distribuição, comercialização e acesso aos alimentos, além do descarte. Considerando a capacidade dos governos locais em promover transformações significativas na forma como as atividades dos sistemas alimentares se configuram, o estudo destacou como o planejamento urbano é peça fundamental para a promoção de uma alimentação saudável e sustentável na região.

Em um ano em que muitas das administrações municipais se renovaram, esperamos que este documento sirva de subsídio para o enfrentamento de questões atuais e urgentes como a inflação dos alimentos, a insegurança alimentar, a geração de emprego e renda, a integração metropolitana e o enfrentamento da emergência climática.

Confira os principais resultados do estudo nas próximas páginas.



Fonte: elaboração própria, com base em dados do IBGE, 2024¹.

1. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama Censo 2022**. Disponível [aqui](#).



Horta comunitária Vitória Régia, em Curitiba. Foto: Acervo Instituto Escolhas/ Ecorural, 2023

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e o Litoral têm 36 municípios, com 3,9 milhões de habitantes no total. Isso representa 34% da população do estado do Paraná², distribuídos nas seguintes sub-regiões:

Curitiba

- Sub-região Sul:** Agudos do Sul, Campo do Tenente, Contenda, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, Tijucas do Sul.
- Sub-região Central:** Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais.
- Sub-região Norte:** Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná.
- Sub-região Litoral:** Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná.

2. Vide nota de rodapé 1.

Principais números

Comida suficiente para 3,5 milhões de pessoas



A produção anual de hortaliças e frutas na RMC e no Litoral em 2022 foi suficiente para alimentar 3,5 milhões de pessoas, quase toda a população da região (3,9 milhões de habitantes).

76% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar



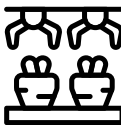
Em 2017, a RMC e o Litoral registraram 25.774 estabelecimentos agropecuários, 76% eram da agricultura familiar, mas representavam apenas 25% da área total dos estabelecimentos. Ainda, 101 imóveis rurais pertencem a povos e comunidades tradicionais, incluindo povos indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, caiçaras e pescadores artesanais.

Cerca de 1 a cada 3 alimentos comercializados na Ceasa Curitiba é oriundo da RMC e do Litoral



Dados da origem dos alimentos comercializados na Ceasa Curitiba em 2022 indicam o potencial de redução das emissões de CO₂ e do desperdício de alimentos a partir da estruturação de cadeias curtas de distribuição na região.

21 mil hectares a menos para a agricultura familiar



Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e o total da área que ocupavam caíram, respectivamente, 25% e 9%.

161% a mais de área plantada de soja



Entre 2012 e 2022, a RMC e o Litoral aumentaram a área plantada da soja de 67 mil hectares para 174,6 mil hectares, enquanto a área de feijão registrou -35% (de 48,8 mil ha para 31,7 mil hectares), de milho -55% (de 134 mil hectares para 60,5 mil hectares) e de arroz -13,5% (de 1,8 mil hectares para 1,6 mil hectares) de variação.

79,6% da população da região metropolitana (exceto Curitiba) e 80,9% da população de Curitiba estão em situação de segurança alimentar, percentuais superiores à média brasileira (70,3%)



Não há dados para a sub-região Litoral.

Em Curitiba, 1/4 dos adultos (≥18 anos) referiram diagnóstico de hipertensão arterial



A má alimentação é um dos fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Somente 25% das pessoas com 18 anos ou mais em Curitiba consomem cinco ou mais porções diárias de frutas ou hortaliças.

Os municípios da RMC têm o custo estimado de R\$ 38,7 milhões por ano para aterrar a matéria orgânica oriunda dos resíduos urbanos



Esse custo poderia ser reduzido significativamente com o aumento da escala dos programas de compostagem na região e gerar insumo para a produção de alimentos.



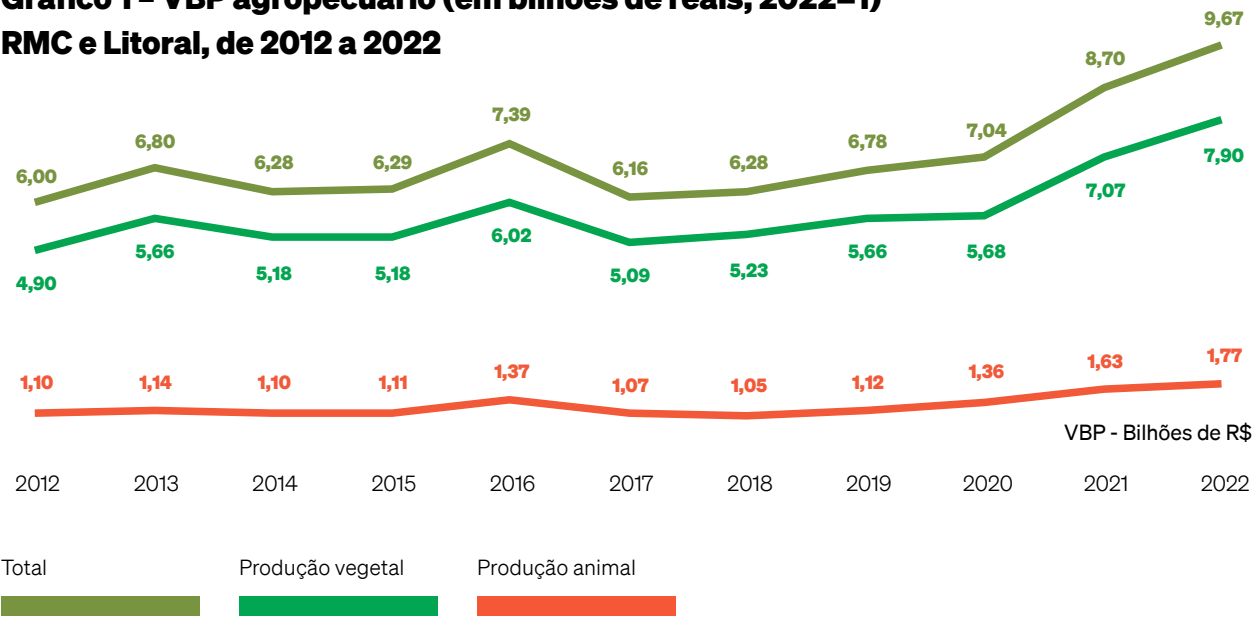
1. A produção de alimentos

A produção agropecuária na RMC e no Litoral representa 5% da produção do Paraná em Valor Bruto da Produção (VBP)³. O VBP dessa região aumentou 61% ao longo de uma década (de R\$6 bilhões em 2012 para R\$9,67 bilhões em 2022). Esse avanço foi impulsionado principalmente pela produção vegetal, com uma trajetória de crescimento consistente, apesar das oscilações, enquanto a produção animal manteve relativa estabilidade (Gráfico 1).



Fazenda de orgânicos em Tijucas do Sul. Foto: José Fernando Ogura

**Gráfico 1 – VBP agropecuário (em bilhões de reais, 2022=1)
RMC e Litoral, de 2012 a 2022**



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná⁴.

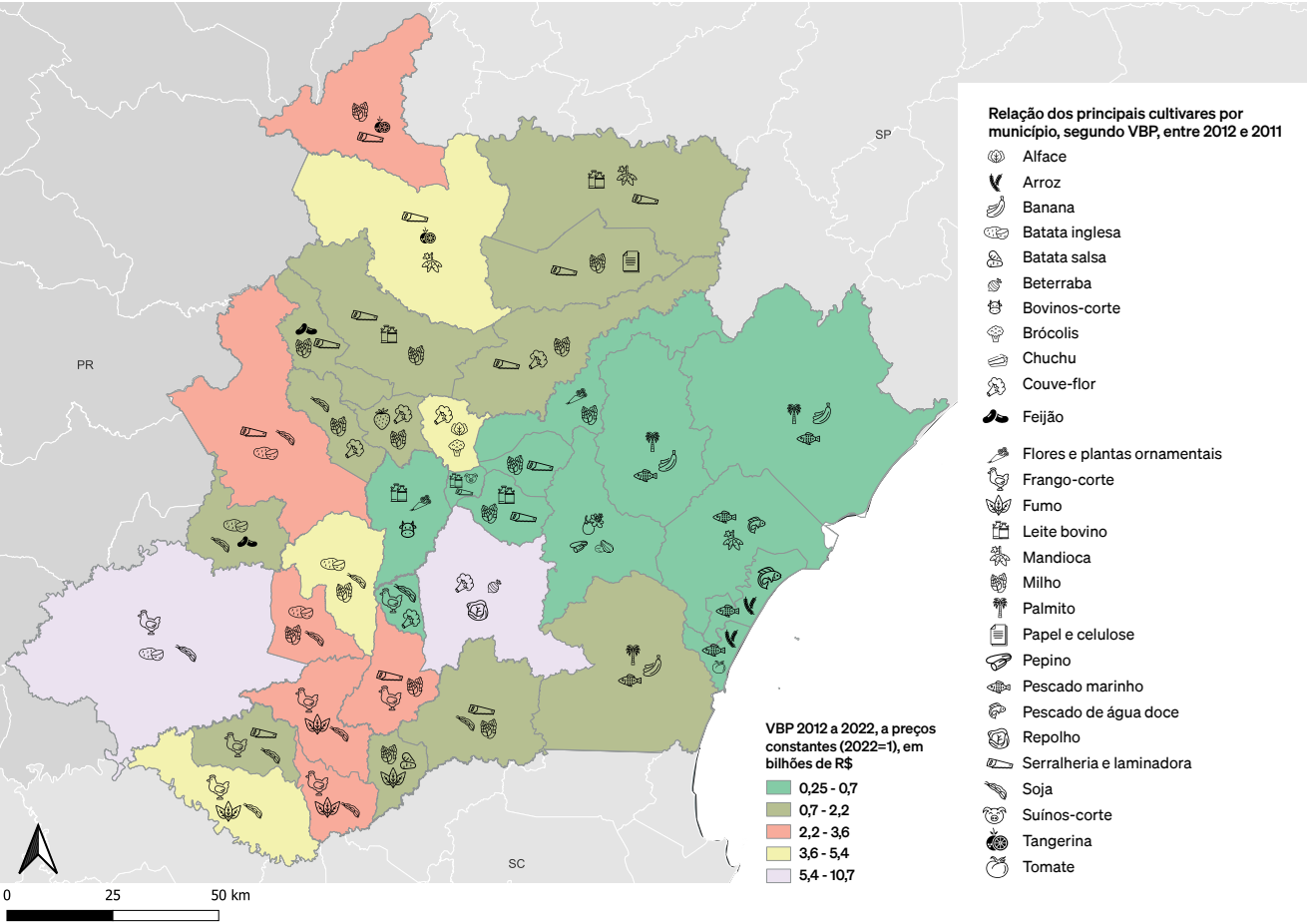
³. O Valor Bruto da Produção (VBP) é um indicador financeiro para a agricultura e a pecuária que expressa o valor gerado pela produção agrícola com base nos montantes recebidos pelos produtores rurais. As bases de dados foram disponibilizadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) e pelo Departamento de Economia Rural (Deral), da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná, abrangendo o período de 2012 a 2022. Todos os valores foram ajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), tendo 2022 como ano-base.

⁴. Vide nota de rodapé 3.

Há diversidade de produção em todas as sub-regiões, segundo o VBP. Na sub-região Sul, predominam cultivos como soja, aves, fumo, batata-inglesa e madeiras destinadas a serralheira e laminadora, com destaque para a produção na cidade da Lapa, que soma o maior valor bruto de toda a região (Mapa 1). Na sub-região Central, destaca-se a produção de hortaliças, como

couve-flor, repolho e alface, além de milho e soja, sobretudo em São José dos Pinhais e Araucária. A sub-região Norte, especialmente em Cerro Azul, contribui com a produção de madeiras, tangerina, mandioca, milho e leite. Já o Litoral caracteriza-se pela produção de pescados, arroz, palmito, mandioca e frutas tropicais, como maracujá e banana.

Mapa 1 – Principais modalidades de produção por município entre 2012 e 2022, segundo o VBP a valores constantes (em R\$, 2022=1)



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná⁵.

A produção vegetal é o principal componente do VBP agropecuário da RMC e do Litoral, representando 82% do total, com destaque para a soja, as hortaliças e a silvicultura. As hortaliças destacam-se pela relevância econômica e pela estabilidade da produção ao longo dos anos,

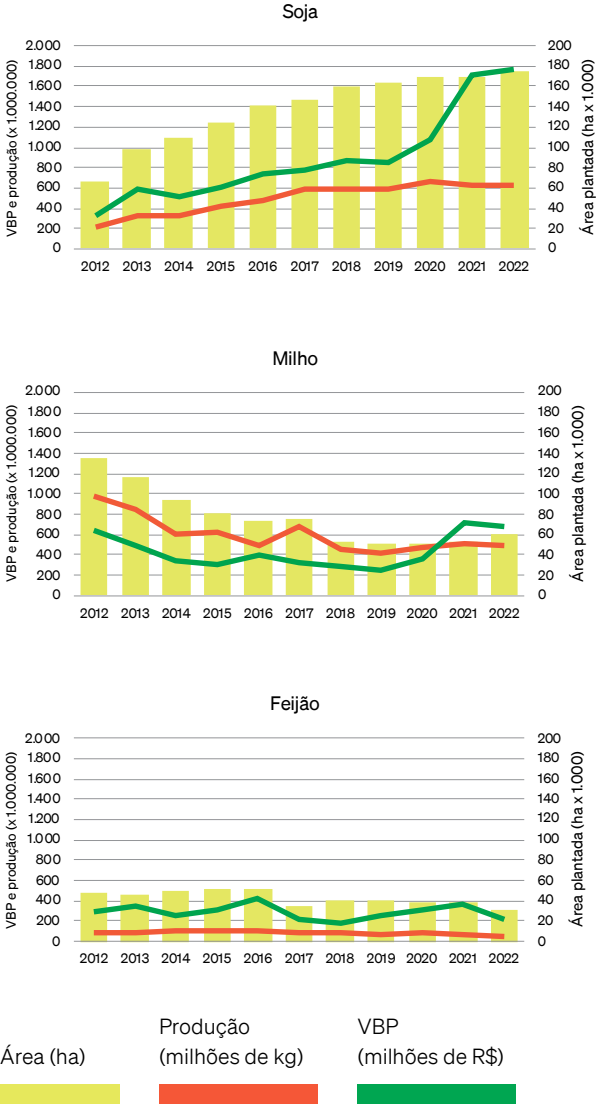
correspondendo a cerca de ¼ do VBP vegetal da região em 2022. Na sua ampla variedade de cultivos, destacam-se cinco produtos principais: batata-inglesa, brócolis, alface, couve-flor e repolho. Os três primeiros apresentaram crescimento superior a 100% no VBP ao longo do período de

2012 a 2022. A sub-região Central concentrou mais de 80% do VBP de brócolis, alface, repolho e couve-flor em 2022, enquanto a batata-inglesa teve maior distribuição, predominando na sub-região Sul.

A produção de hortaliças e frutas na RMC e no Litoral, se considerada a média da produção dos anos de 2012 a 2022⁶, tem potencial para alimentar 3,8 milhões de pessoas, quase toda a população da região registrada em 3,9 milhões de pessoas em 2022⁷. No entanto, cabe destacar que esse quantitativo vem decaindo desde 2020, chegando ao menor patamar em 2022, de cerca de 936 mil toneladas, o que seria suficiente para alimentar 3,5 milhões de pessoas.

A soja vem se consolidando como o principal grão de verão na região, enquanto o milho e o feijão vêm perdendo espaço. Entre 2012 e 2022, a soja teve um aumento de 453% no VBP, 193% no volume da produção e 160% na área plantada, que expandiu de 67 mil hectares para 175 mil hectares (Gráfico 2). No mesmo período, o milho registrou um pequeno aumento de 7% do VBP, mas redução de 49% no volume de produção e de 55% na área plantada (135 mil hectares para 60 mil hectares). O feijão também registrou perdas expressivas, com uma redução de 22% no VBP, de 43% no volume de produção e 35% na área (49 mil hectares para 32 mil hectares).

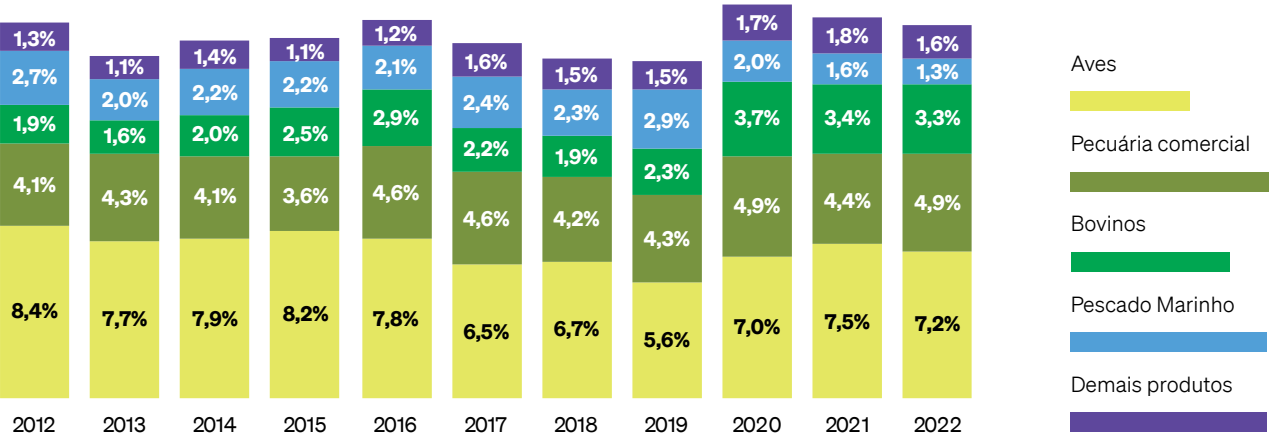
Gráfico 2 – VBP a valores correntes (2022=1, em milhões de reais), produção (em milhões de quilos) e área plantada (em hectares) de soja, milho e feijão, na RMC e no Litoral, entre 2012 e 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná⁸.

A produção animal representou aproximadamente 18% do VBP da RMC e do Litoral no período (2012-2022), com destaque para aves de corte, pecuária comercial – cujos principais produtos são leite e ovos de galinha fecundados e para consumo humano – e bovinos para corte.

Gráfico 3 – Distribuição percentual da produção animal, segundo tipo⁹, em relação ao VBP agropecuário total da RMC e do Litoral, entre 2012 e 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado do Paraná¹⁰.

As aves são a subcategoria da produção animal com maior participação no VBP total da agropecuária, 7,2% em 2022 (Gráfico 3). O frango de corte é o principal produto responsável por isso, correspondendo a 79% do total do VBP da produção de aves. Esse produto teve uma expansão em 57% do seu VBP, passando de R\$351,5 milhões para R\$552 milhões em 2022. Sua produção está concentrada nas sub-regiões Sul (86%) e Central (14%).

1.1. Perfil dos estabelecimentos e dos agricultores

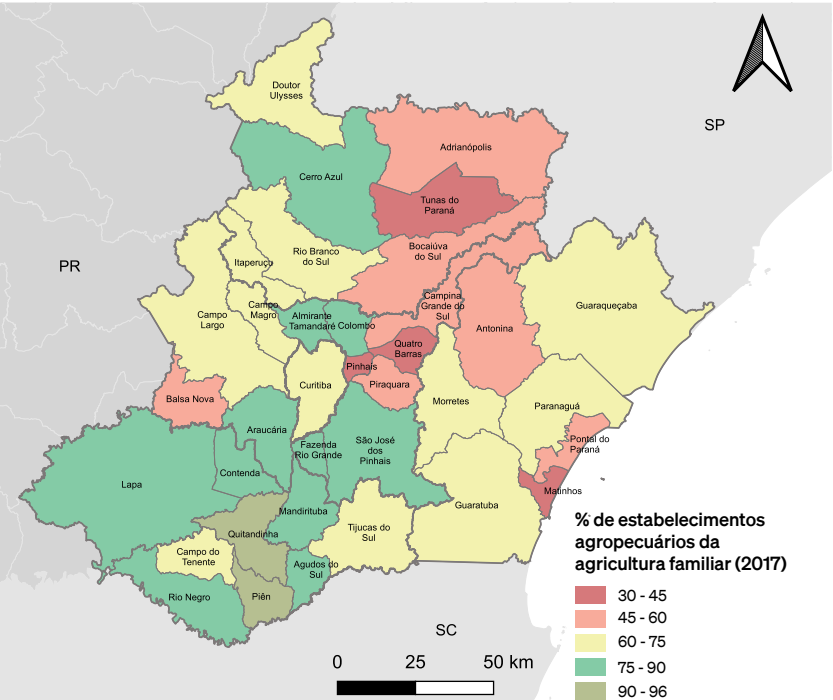
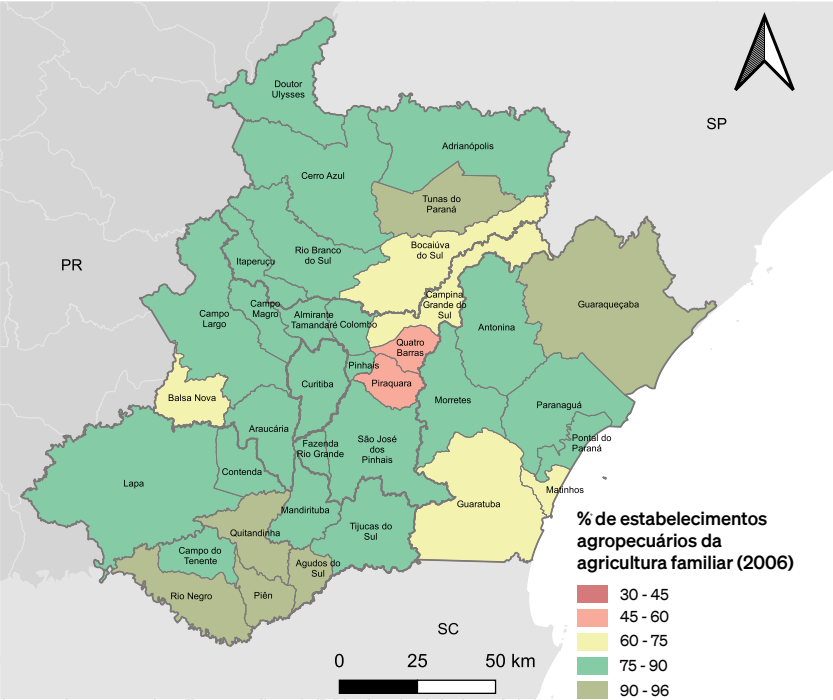
A agricultura familiar está em declínio na região, com perda de estabelecimentos e redução da área cultivada, enquanto a agricultura não familiar cresce expressivamente. Entre 2006 e 2017, o total de estabelecimentos agropecuários na RMC e no Litoral caiu de 30.347 para 25.774 (-15,1%), mas cresceu em total de área, passando de 810 mil hectares para 899 mil hectares (+11%). No período, a agricultura familiar registrou perdas de 6.341 estabelecimentos (-24,5%) e de 21 mil hectares (-8,6%). Já a agricultura não familiar passou a ocupar mais 1.768 estabelecimentos

(+39%) e ganhou 110 mil hectares (+19,5%), o que evidencia um processo de concentração fundiária. Apesar disso, em 2017, 76% dos estabelecimentos agropecuários eram da agricultura familiar, em que se encontrava 70% (44.840) das pessoas ocupadas¹¹.

As mudanças na distribuição dos estabelecimentos variaram por região. O crescimento da agricultura não familiar teve maior destaque na sub-região Norte, onde a silvicultura tem grande expressão. A área total desses estabelecimentos na sub-região aumentou 120 mil hectares em 2017, com destaque para Adrianópolis, Itaperuçu e Tunas do Paraná. Em contrapartida, a agricultura familiar teve retração de 25% no número de estabelecimentos e aumento de 1,7% na área na sub-região Norte.

Curitiba teve a maior retração proporcional, com redução de 71,9% na área total e 27,2% no número de estabelecimentos, afetando tanto unidades familiares quanto não familiares. A sub-região Central, que se destaca pela produção de hortaliças, e o Litoral também apresentaram diminuições significativas no número de estabelecimentos familiares, de 31,5% e 33%, respectivamente. Na sub-região Sul, apesar de a agricultura familiar ainda representar 84% das propriedades, a área total cultivada pelas famílias caiu 8,5% (Mapa 2).

Mapa 2 – Comparação entre o percentual de estabelecimentos da agricultura familiar por município da RMC e do Litoral, em 2006 e 2017



9. Demais produtos equivalem a: psicultura; animais de médio porte; equinos e muare; animais de pequeno porte e silagens; e alimentação animal.
10. Vide de rodapé 3.
11. Demais produtos equivalem a: psicultura; animais de médio porte; equinos e muare; animais de pequeno porte e silagens; e alimentação animal.
12. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006 e 2017**. Rio de Janeiro: IBGE.

Fonte: elaboração própria, com base em IBGE (2006 e 2017)¹².

Outro aspecto relevante é a mudança no perfil dos agricultores, marcada pelo envelhecimento da população rural e pela vulnerabilidade econômica. Entre 2006 e 2017, observou-se uma redução de 10,8% entre produtores com até 45 anos, enquanto o número de agricultores acima dessa faixa aumentou 16,9%. Além disso, em 2022, havia 1.755 agricultores familiares no CadÚnico¹³, sendo que 85% contavam com renda mensal de ½ salário-mínimo, principalmente os pescadores artesanais. Para 57% dos estabelecimentos familiares, a renda obtida na propriedade ainda é a principal fonte de sustento, em contraste com a agricultura não familiar, em que apenas 29% das propriedades têm a produção como principal atividade geradora de renda.

1.2. A força da agricultura urbana em Curitiba

As políticas públicas de fomento à agricultura urbana em Curitiba destacam-se nacionalmente por sua longevidade (desde a década de 1980) e por aliar objetivos como produção de alimentos, aproveitamento de terrenos ociosos, articulação social, promoção da segurança alimentar e nutricional e disseminação de práticas sustentáveis.

Atualmente, o município apoia a implementação e/ou a manutenção de 190 hortas urbanas, sendo 85 escolares, 53 comunitárias e 52 institucionais, que juntas ocupam cerca de 21 hectares e beneficiam diretamente 39.756 pessoas. As hortas estão voltadas principalmente ao autoconsumo das hortelãs e dos hortelões e à comercialização em nível local. O município também tem

duas Fazendas Urbanas, espaços produtivos de experimentação e educação. As hortas foram instaladas, majoritariamente, em Setores Especiais de Habitação de Interesse Social (SEHIS), o que evidencia o planejamento da política pública com um olhar para as características do território.

Práticas de agricultura urbana ocupam áreas diversas da cidade (espaços residuais, terrenos baldios, recuos de lotes, quintais, escolas, faixas de domínio de linhões de transmissão e trilhos do trem, telhados etc.). São 745 hectares com 123 estabelecimentos agropecuários mapeados pelo IBGE em 2017¹⁴ e 728 hectares com 1.118 polígonos de agricultura mapeados pelo Instituto Escolhas em 2023¹⁵ (Mapa 3).



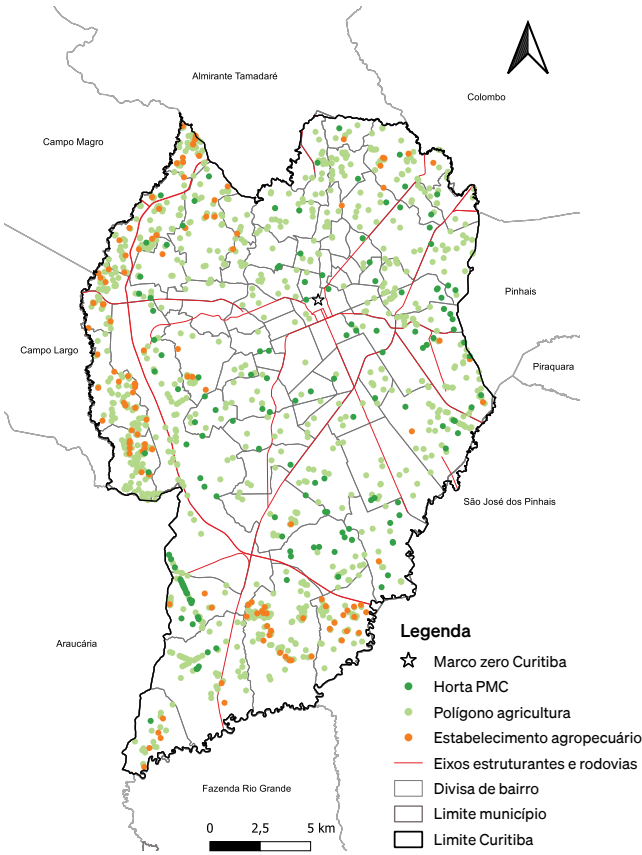
Fazenda Urbana Cajuru, em Curitiba.
Foto: Daniel Castellano

¹³. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda no Brasil com o objetivo de subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais.

¹⁴. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE.

¹⁵. Levantamento realizado pelo Instituto Escolhas mapeou 1.118 polígonos de agricultura em Curitiba por meio de imagens de satélite. Polígonos são identificados a partir de marcadores visuais de agricultura, como o layout de plantio ortogonal, a vegetação plantada em fileiras, os canteiros separados por terras, entre outros. Atividades praticadas dentro de estabelecimentos fechados (galpões, prédios etc.) e de baixa visibilidade via satélite não foram computadas. No primeiro momento foram mapeados somente polígonos com mais de 1.000m². Depois, para as áreas de maior adensamento/urbanização, foram mapeados também polígonos com áreas inferiores. Os polígonos podem incluir, entre outras coisas, as hortas da PMC e os estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos contabilizados pelo censo são georreferenciados por pontos e não por polígonos. Por essa razão, os pontos do censo e os polígonos mapeados pelo estudo não foram somados. Especialmente em áreas contíguas, como mostram os mapas das cidades, é possível assumir que os polígonos de agricultura identificados por satélite possam se sobrepor aos pontos georreferenciados do Censo Agropecuário 2017. Ver “Hortas urbanas como uma estratégia de combate à fome nas cidades brasileiras. **Relatório Técnico**. São Paulo: Instituto Escolhas, 2023.” Disponível [aqui](#).

Mapa 3 – Agricultura urbana em Curitiba



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de Ippuc (2024)¹⁶; Instituto Escolhas (2023)¹⁷.

O município conta ainda com 1.506 hectares de espaços potenciais (sem utilização, livres de edificação e vegetação) para a produção sustentável de alimentos¹⁸. Desse total, 153 hectares estão em propriedades da administração municipal, com maior governabilidade para promover a prática (outros 11,6 hectares estão em lotes estaduais e 72,2 hectares em lotes federais).

¹⁶. Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano. **Setor de Geoprocessamento**, 2024.

¹⁷. Hortas urbanas como uma estratégia de combate à fome nas cidades brasileiras. **Relatório Técnico**. São Paulo: Instituto Escolhas, 2023. Disponível [aqui](#).

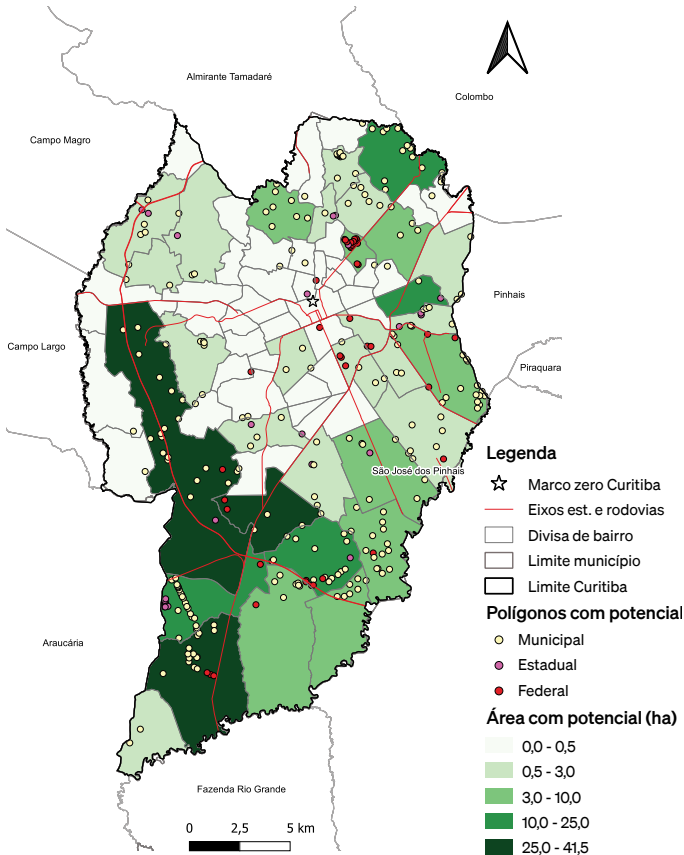
¹⁸. Vide nota de rodapé 17.

¹⁹. Vide nota de rodapé 16.

²⁰. Vide nota de rodapé 17.

²¹. Valor calculado com base em unidade modelo de 1.000m² que produz 6.452,71 kg/ano e no consumo médio de 35,22 kg/ano/per capita de hortaliças da região Sul. Ver “Hortas urbanas como uma estratégia de combate à fome nas cidades brasileiras. **Relatório Técnico**. São Paulo: Instituto Escolhas, 2023.” Disponível [aqui](#).

Mapa 4 – Polígonos e área com potencial de agricultura em lotes públicos por bairro de Curitiba – 2023



Fonte: elaboração própria, com base em dados de Ippuc (2024)¹⁹ e Instituto Escolhas (2023)²⁰.

Seja em áreas públicas ou privadas, o estímulo à produção de alimentos tem grande potencial para promover a segurança alimentar em Curitiba, especialmente se a estratégia priorizar áreas de baixo acesso a alimentos frescos e saudáveis e maior vulnerabilidade social. Em apenas 100 hectares dos espaços mapeados, seria possível produzir o equivalente a 6.452 toneladas de legumes e verduras ao ano e alimentar 183.221 pessoas²¹.

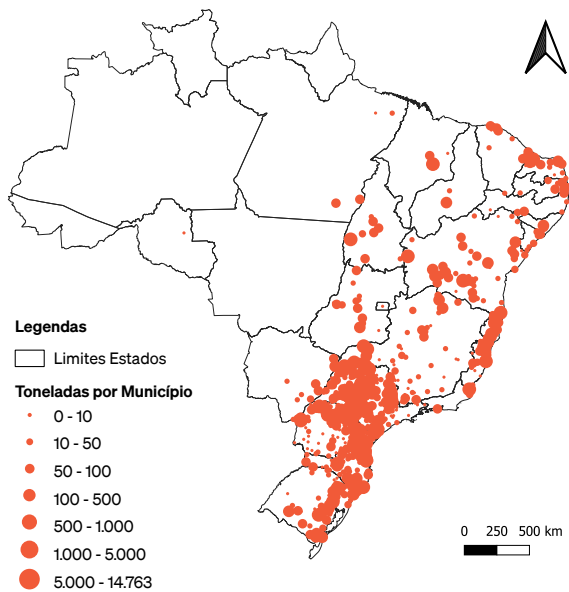
2. Distribuição, comercialização e acesso a alimentos

A Ceasa Curitiba é o principal polo de abastecimento da RMC e do Litoral, destacando-se na região Sul do país pelo volume de alimentos movimentados, ampla estrutura e número de empregos gerados. O estado do Paraná tem cinco Centrais de Abastecimento, sendo a de Curitiba a única localizada na região de interesse deste estudo. Na distribuição de alimentos, a Ceasa Curitiba desempenha papel estratégico. Em 2022²², foi a 6ª maior central de abastecimento do Brasil²³ e a 1ª da região Sul em volume recebido, com 874.778 toneladas de alimentos provenientes de 1.089 municípios das cinco regiões brasileiras, além de oito países da América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia. Entre os alimentos comercializados em 2022, 44,8% eram frutas (Mapa 5), 27,1% hortaliças do tipo raiz, tubérculo, bulbo e rizoma (Mapa 6), 18,6% hortaliças do tipo fruto (Mapa 7), 8% hortaliças do tipo folha, flor e haste (Mapa 8).

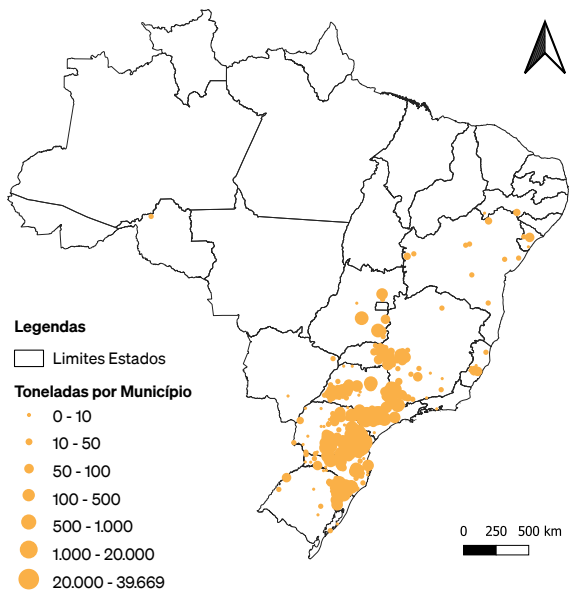


22. CONAB. B.I. do Mercado Atacadista de Hortigranjeiros. CONAB, 2022. Disponível aqui. Acesso em: 23 set. 2023.
23. Atrás da Ceagesp de São Paulo (2.973.338.032 ton), da Ceasaminas de Belo Horizonte (1.798.465.737 ton), da Ceasa-RJ do Rio de Janeiro (1.781.095.990 ton), da Ceasa-PE de Recife (888.225.970 ton) e da Ceasa-GO de Goiânia (879.819.793 ton) (CONAB, 2022).

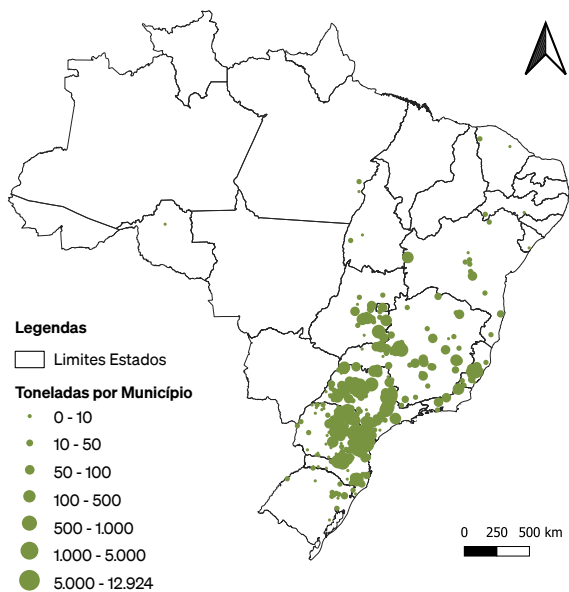
Mapa 5 – Frutas comercializadas na Ceasa Curitiba, segundo município de origem – 2022



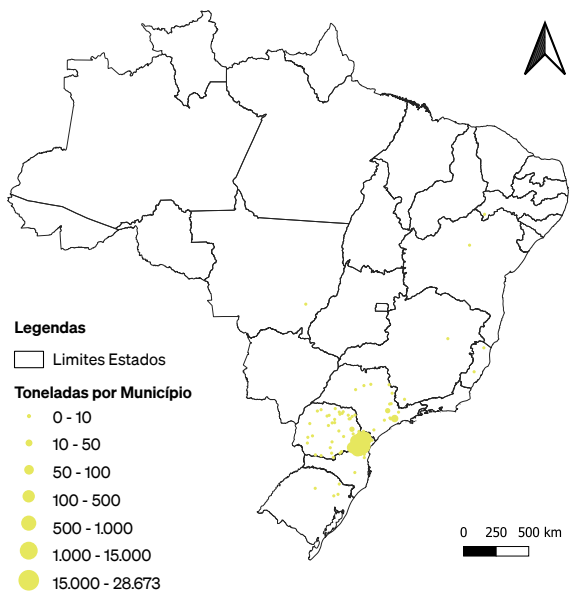
Mapa 6 – Hortaliças (raiz, tubérculo, bulbo e rizoma) comercializadas na Ceasa Curitiba, segundo município de origem – 2022



Mapa 7 – Hortaliças (fruto) comercializadas na Ceasa Curitiba, segundo município de origem – 2022



Mapa 8 – Hortaliças (folha, flor e haste) comercializadas na Ceasa Curitiba, segundo município de origem – 2022



Fonte: elaboração própria, com base nos dados de Conab (2022)²⁴.

24. CONAB. B.I. do Mercado Atacadista de Hortigranjeiros. Conab, 2022. Disponível aqui. Acesso em: 23 set. 2023.

Cerca de 1 a cada 3 alimentos comercializados na Ceasa Curitiba em 2022 teve origem nos 36 municípios da RMC e do Litoral, indicando o potencial de promoção de cadeias curtas de distribuição de alimentos²⁵. São oriundos da região: 99,7% das hortaliças do tipo folha, flor e haste (Mapa 8), 42% das hortaliças do tipo fruto (Mapa 7) e 46,3% das hortaliças classificadas como raízes, tubérculos, bulbos e rizomas (Mapa 6). Essa proximidade pode reduzir distâncias, emissões de CO₂ e perdas ao longo da cadeia. Por outro lado, apenas 11% das frutas comercializadas na Ceasa Curitiba têm origem na RMC e no Litoral; se considerarmos o estado do Paraná como origem, são 19,6%. A maior parte das frutas (Mapa 5) vem de São Paulo (27,3%), seguido por Santa Catarina (13,8%), Rio Grande do Sul (8,6%) e Bahia (8%). Ao mesmo tempo, aproximadamente 54.878 toneladas de alimentos oriundos da região foram redistribuídas para outras centrais de abastecimento no Brasil, tendo São Paulo e Rio de Janeiro recebido, juntos, 63,3% desse volume (19 mil toneladas e 15,7 mil toneladas, respectivamente).

A circulação de alimentos impacta significativamente a mobilidade, o sistema viário e as emissões de CO₂. Somente na região da Ceasa Curitiba, uma pesquisa de Origem-Destino de 2017 registrou um fluxo diário que variou entre 5.191 e 9.490 caminhões, representando de 25% a 36% do tráfego total de veículos nesse trecho, comprometendo o desempenho das mais de 10 linhas de transporte coletivo que circulam por ali.

Em relação à comercialização de alimentos, a RMC e o Litoral reúnem 49.455 estabelecimentos privados que prestam serviços de alimentação ou comercializam alimentos no varejo, classificados entre saudáveis (65%) e não saudáveis (35%), a depender do tipo de alimentos que comercializam²⁶. Curitiba concentra a maior parte (50%), com 14.868 estabelecimentos classificados como saudáveis e 10.200 como não saudáveis – quanto mais longe da região central ou quanto menor o grau de urbanização, menor o acesso (Mapa 9).

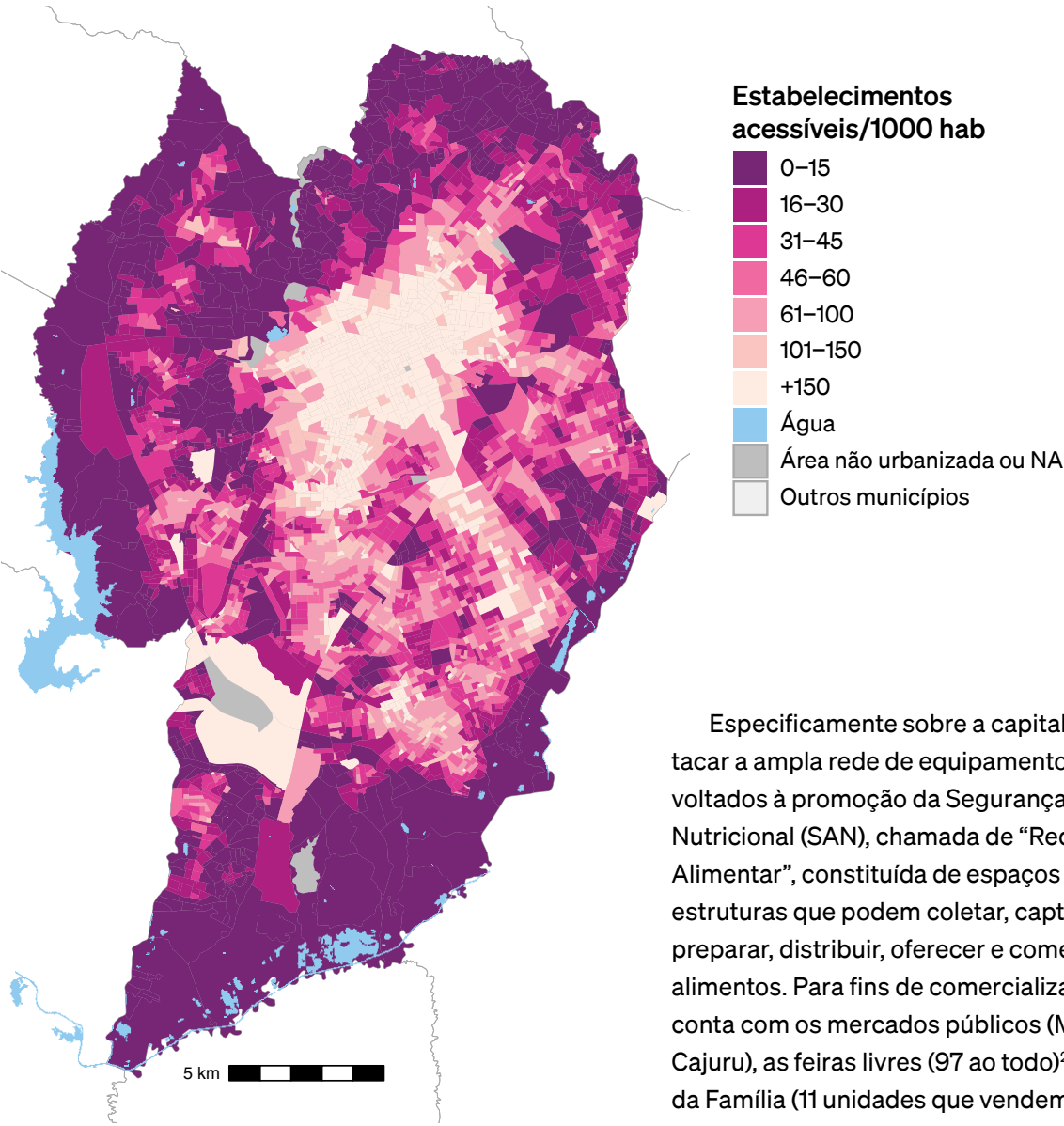


Sacolão da Família. Foto: José Fernando Ogura

²⁵. Os dados apresentados pela Conab são referentes ao município de onde o produto foi enviado para a Ceasa, e não ao local de sua produção. O país ainda enfrenta o desafio de aprimorar a rastreabilidade de alimentos, especialmente in natura, devido à falta de padronização de sistemas, à fragmentação da cadeia produtiva e às dificuldades logísticas. Essas limitações comprometem análises ambientais mais precisas e restringem a possibilidade de os consumidores optarem por alimentos de origem próxima.

²⁶. Classificação realizada de acordo com a metodologia desenvolvida pelo estudo “MDS; IICA; FEALQ. Mapeamento dos Desertos Alimentares: acesso à alimentação saudável. Versão preliminar. 2024”.

Mapa 9 – Estabelecimentos privados que ofertam alimentos saudáveis acessíveis em até 15 minutos de caminhada (densidade por 1.000 habitantes) em Curitiba



Especificamente sobre a capital, cabe destacar a ampla rede de equipamentos públicos voltados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), chamada de “Rede de Acesso Alimentar”, constituída de espaços físicos e infraestruturas que podem coletar, captar, produzir, preparar, distribuir, oferecer e comercializar alimentos. Para fins de comercialização, a rede conta com os mercados públicos (Municipal e Cajuru), as feiras livres (97 ao todo)²⁸, os Sacolões da Família (11 unidades que vendem alimentos sazonais, sempre a um preço único por quilo, sendo R\$3,99 em janeiro de 2025) e os Armazéns da Família (com 35 unidades em Curitiba e 15 unidades conveniadas na RMC que oferecem alimentos e produtos de higiene pessoal a preços abaixo do mercado)²⁹.

Fonte: MDS et al. (2024)²⁷.

²⁷. Elaborado por Grupo de Políticas Públicas (ESALQ/USP), Laboratório de Geoprocessamento (POLI/USP) e Centro de Estudos da Metrópole (CEM) no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica para a Segurança Alimentar e Nutricional: a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis e o combate à pobreza rural – IICA/BRA/17/001. Versão preliminar – maio de 2024.” MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; IICA; FEALQ. **Mapeamento dos Desertos Alimentares: acesso à alimentação saudável. Versão preliminar. 2024”.**

²⁸. As feiras têm uma grande diversidade tipológica, incluindo: feiras diurnas (35) e noturnas (17), de produtos orgânicos (12 diurnas, 2 noturnas), de pescados (2), de produtos gastronômicos (2), de produtos do Litoral (1), de cooperativas (1), de venda direta dos produtores (1) e a preços únicos (6). No âmbito do programa “Nossa Feira”, as feiras de preço único vendem frutas, legumes e verduras a R\$3,99 o quilo.

²⁹. O programa, em funcionamento há 38 anos, atende adultos com renda familiar de até cinco salários-mínimos, incluindo pessoas com necessidade de dietas especiais. Atualmente, mais de 394 mil famílias estão cadastradas, a grande maioria com renda de até dois salários-mínimos.

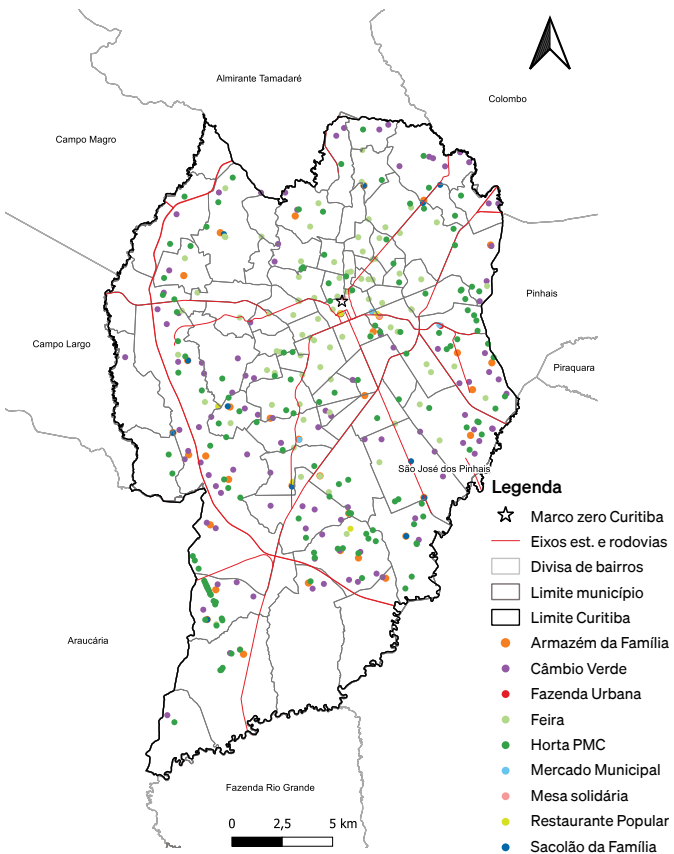
Já no âmbito da oferta de alimentos, a rede inclui cinco Restaurantes Populares, que servem refeições balanceadas a preços acessíveis³⁰ e o programa Mesa Solidária, ação intersetorial que oferta apoio logístico e espaço para servir refeições, em parceria com organizações da sociedade civil, às populações em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente em situação de rua. Há, ainda, o programa Câmbio Verde – que

promove a troca de materiais recicláveis ou de óleo usado por produtos de hortifrúti da época – e o programa de Hortas Comunitárias Urbanas – que articula, implementa e apoia a manutenção de hortas voltadas para autoconsumo e comercialização. Além da Rede Municipal, o estudo também identificou, em Curitiba, a existência de 52 cozinhas solidárias³¹ e 13 padarias comunitárias³² (Mapa 10).



Criança caminha por horta comunitária em Curitiba. Foto: Daniel Castellano/SMCS

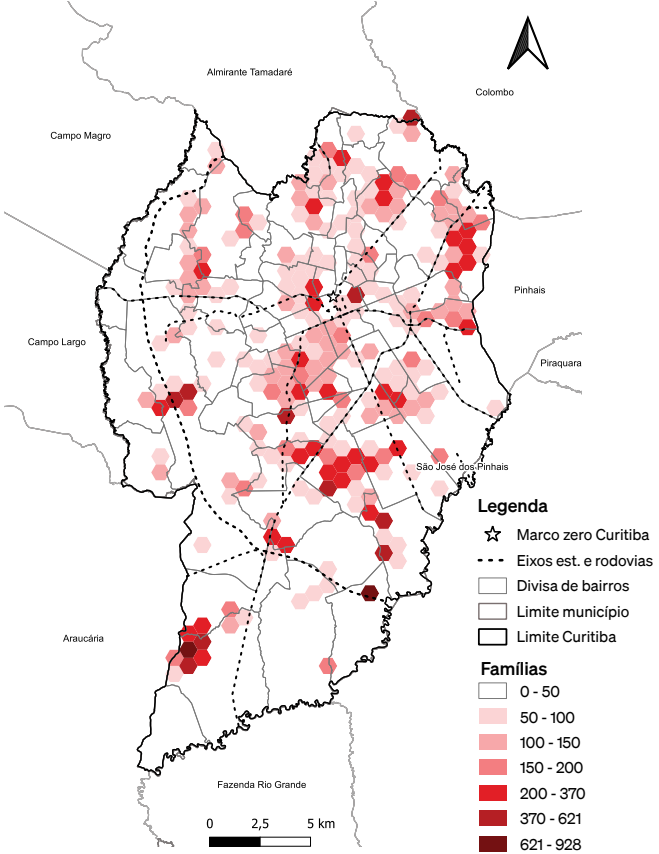
Mapa 10 – Distribuição dos equipamentos de SAN de Curitiba em 2023



Fonte: elaboração própria, com base em dados do Ippuc (2024)³³.

Os equipamentos públicos de SAN existentes em Curitiba buscam ampliar a oferta de alimentos saudáveis. Entretanto, é preciso fortalecer e expandir essa rede, focando nos territórios com maiores índices de vulnerabilidade social.

Mapa 11 – Famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza cadastradas no CadÚnico com acesso reduzido (distâncias caminháveis maiores que 800m) a estabelecimentos da rede de SAN com acesso subsidiado a alimentos



Fonte: elaboração própria, com base em dados de Ippuc (2024)³⁴ e MDS (2024)³⁵.

O Mapa 11 identifica as áreas do município onde há concentração de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza que não têm acesso facilitado aos equipamentos da rede de SAN. As zonas mais escuras do mapa indicam, portanto, áreas prioritárias para expandir a rede de equipamentos de SAN.

³⁰. Todos os dias são fornecidas 4.700 refeições a R\$3,00 e 400 refeições gratuitas para pessoas atendidas pela rede socioassistencial.
³¹. MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro do Programa Cozinha Solidária**. Estratégia Alimentar Cidades. (2024).
³². CEFURIA – Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo. **Padarias Comunitárias do CEFURIA**, 2024. Disponível [aqui](#). Acesso em: 15 jan. 2025.

³³. Vide nota 16.
³⁴. Vide nota 16.
³⁵. MDS – Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único**, 2024.

3. Consumo de alimentos

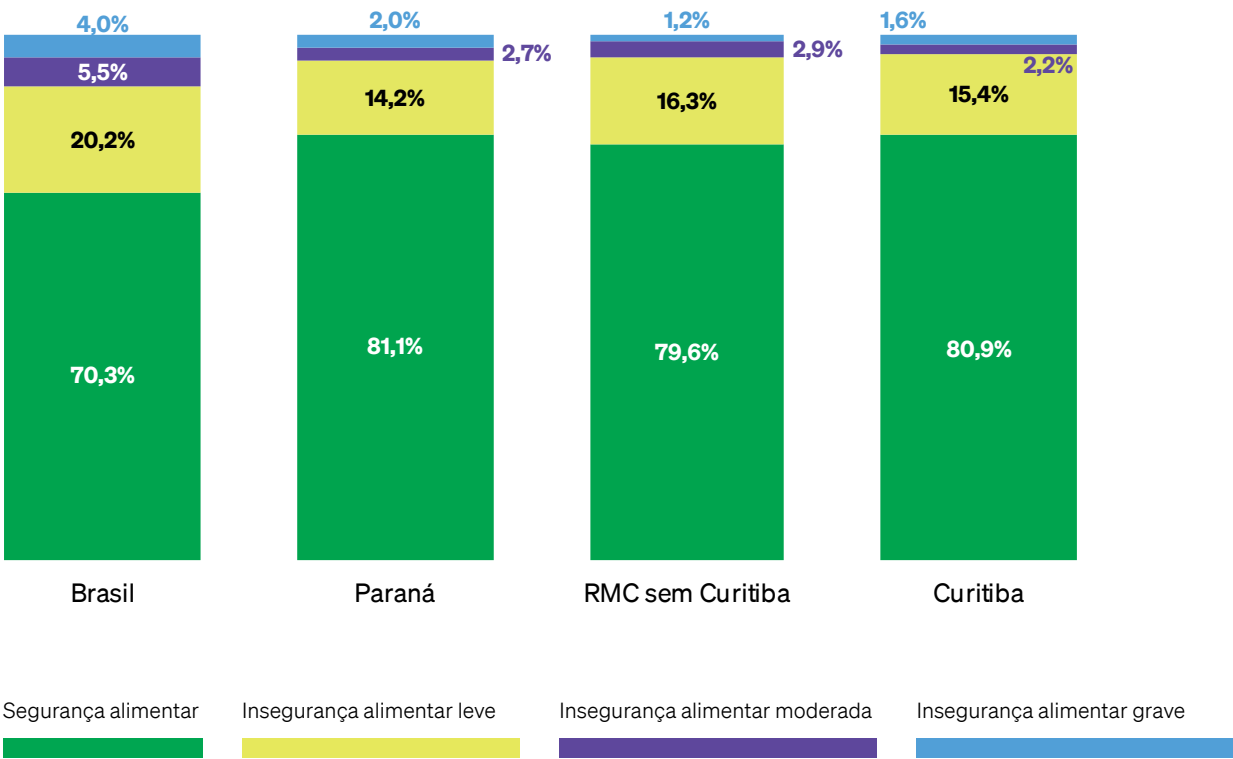
Enquanto o Brasil apresenta 70,3% da população em segurança alimentar³⁶, Curitiba e sua região metropolitana registram 80,9% e 79,6%, respectivamente³⁷. Os dados não contemplam a sub-região Litoral.

A insegurança alimentar leve, associada à dificuldade de manter uma alimentação de qualidade ou à incerteza sobre o acesso futuro aos alimentos, afeta 15,4% da população de Curitiba e 16,3% no restante da RMC (Gráfico 4). Embora menor do que a média nacional (20,2%), o percentual ainda é superior ao restante do estado do Paraná, que registra 14,2%. Casos de insegurança alimentar moderada e grave afetam 3,8% da população em Curitiba e 4,1% no restante da região metropolitana.

³⁶. De acordo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), as categorias são distinguidas em quatro níveis: segurança alimentar (acesso pleno e regular aos alimentos), insegurança alimentar leve (preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro), insegurança alimentar moderada (redução quantitativa no consumo de alimentos) e insegurança alimentar grave (fome).

³⁷. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023) PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023): **Segurança alimentar** (microdados). Disponível [aqui](#). Acesso em: 25 ago. 2024”.

Gráfico 4 – Distribuição percentual da população segundo situação de segurança alimentar existente no domicílio no Brasil, Paraná, Região Metropolitana, exceto a capital, e Curitiba, em 2023



Fonte: elaboração própria, com base em dados do IBGE (2023)³⁸.

Na RMC, a insegurança alimentar afeta desproporcionalmente alguns grupos, como idosos, mulheres, pessoas pardas, pretas, amarelas e indígenas.

- 33,3% das pessoas em insegurança alimentar grave na RMC (sem Curitiba) são idosos. É o mesmo percentual que atinge a população adulta, apesar das pessoas idosas representarem apenas 12,6% da população da RMC (sem Curitiba) e os adultos 44,6%.

- Mulheres, que representam 50,7% da população da RMC (sem Curitiba), são desproporcionalmente afetadas pela insegurança alimentar grave (66,7% dos casos). O percentual de homens afetados é de 33,3%.
- Na capital, pessoas amarelas e indígenas representam apenas 1,4% da população, mas representam 9,1% dos casos de insegurança alimentar grave. O mesmo ocorre com pessoas pardas e pretas (24,2% da população da capital e 30,3% dos casos de insegurança alimentar grave).

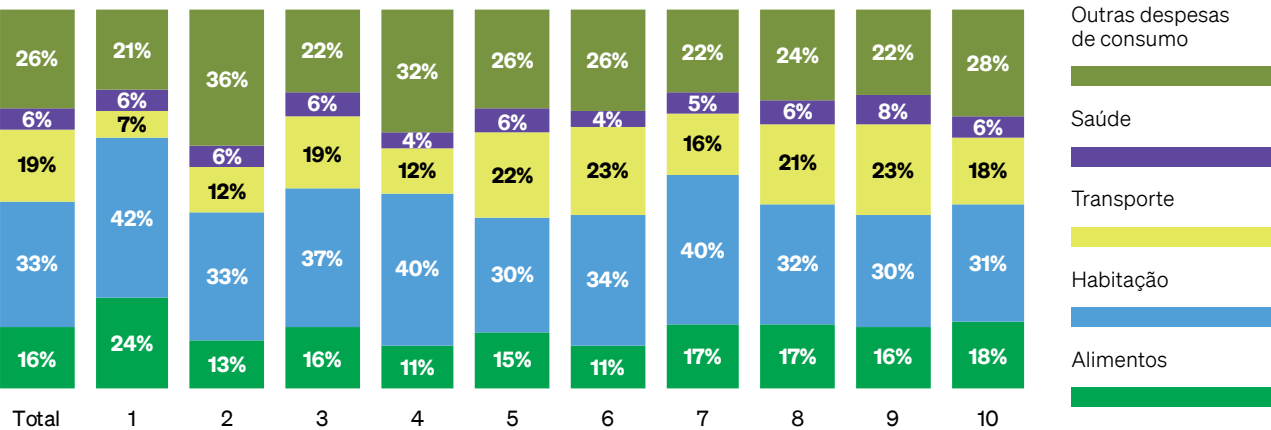
³⁸. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2023): **Segurança alimentar** (microdados). Disponível [aqui](#). Acesso em: 25 ago. 2024.

Situações de insegurança alimentar estão associadas, sobretudo, à renda insuficiente para a garantia de uma alimentação adequada. Famílias de menor renda na RMC enfrentam desafios mais severos no equilíbrio entre as despesas essenciais, tais como alimentação, habitação e transporte³⁹. A despesa média com alimentação na

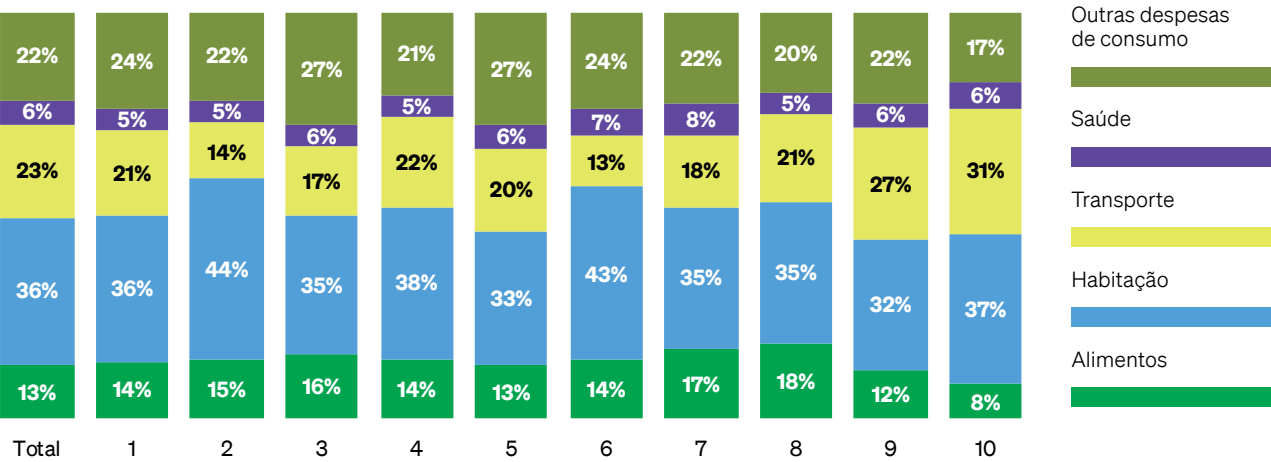
RMC (sem Curitiba) em 2018 representou 16% do total das despesas de consumo das famílias. Para famílias com menor renda per capita mensal – igual ou inferior a R\$562 –, o percentual sobe para 24%. O percentual dos gastos com alimentação na capital é menor, atingindo a média de 13% do total das despesas (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Distribuição percentual das despesas monetárias e não monetárias de consumo, por decil de renda domiciliar per capita, em 2018

RMC sem Curitiba



Curitiba



Fonte: elaboração própria, com base em dados do IBGE (2018)⁴⁰. NOTAS: (1) Unidade de análise – todas as unidades apresentadas correspondem a valores domiciliares per capita. (2) No conjunto das despesas de consumo, há também os grupos: higiene e cuidados pessoais; educação; vestuário; recreação e cultura; fumo; serviços pessoais; despesas diversas. (3) Os decis de renda variam entre inferior ou igual a R\$562 no primeiro decil e superior a R\$3.525 no último decil para a RMC (sem Curitiba), e entre inferior ou igual a R\$651e superior a R\$4.787, respectivamente, para Curitiba.

39. As despesas familiares foram organizadas em decis de renda, considerando recortes geográficos específicos: Curitiba, região metropolitana sem a capital e Região Metropolitana de Curitiba como um todo. Em casos em que a amostra urbana não foi suficiente, os dados foram complementados com informações estaduais, incluindo áreas rurais. Dados elaborados com base em "IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares: Microdados". 40. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares: Microdados, 2018.

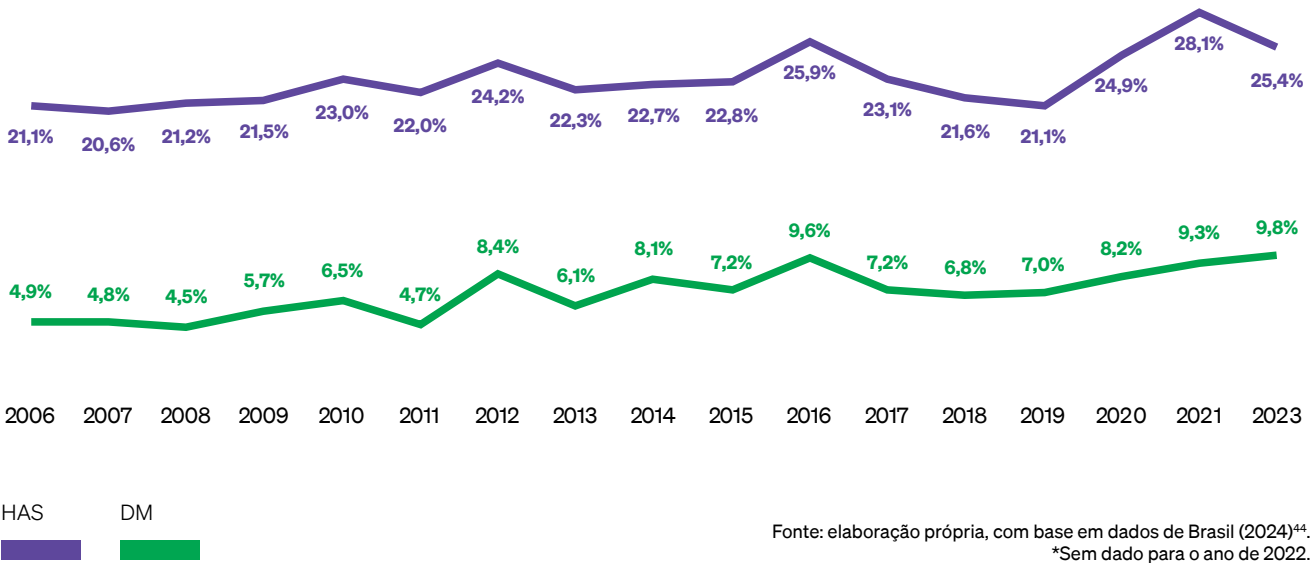
Nas despesas domiciliares da RMC com alimentação, carnes, vísceras e pescados (16%), bebidas e infusões (12%), leites e derivados (10%) e panificados (9%) foram os itens predominantes em 2018. Hortaliças e frutas registram apenas 3% e 4%, respectivamente.

De acordo com a pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), realizada pelo Ministério da Saúde em 2023, somente 25% das pessoas com 18 anos ou mais de idade em Curitiba consomem cinco ou mais porções diárias de frutas ou hortaliças⁴¹. Já a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019⁴², realizada somente nas capitais do Brasil, mostrou uma relação inversa entre renda domiciliar e consumo de alimentos ultraprocessados⁴³ na população adulta de Curitiba. Grupos de menor renda domiciliar per

capita tenderam, percentualmente, a consumir uma quantidade quatro vezes maior de ultraprocessados que os estratos de renda maiores. O inverso ocorre para alimentos como hortaliças, frutas, leguminosas e oleaginosas, cujo consumo aumenta 12% entre aqueles com rendimento de até ¼ de salário-mínimo per capita e para 30% entre o grupo acima de cinco salários-mínimos.

A má alimentação está diretamente associada ao aumento dos índices de excesso de peso e obesidade, além de ser fator de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) – como diabetes e hipertensão. Na capital, a hipertensão atinge ¼ dos adultos, passando de 21,1% em 2006 para 25,4% em 2023. O percentual de adultos com diabetes dobrou no mesmo período, alcançando quase 10% em 2023 (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Percentual de adultos (≥18 anos) que referiram diagnóstico médico de hipertensão arterial sistêmica (HAS) e diabetes mellitus (DM) em Curitiba, 2006-2023



Fonte: elaboração própria, com base em dados de Brasil (2024)⁴⁴. *Sem dado para o ano de 2022.

41. Brasil, Ministério da Saúde. (2024). Vigitel – Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico. 2006-2023. Disponível aqui. 42. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Pesquisa Nacional de Saúde – PNS. Disponível aqui. 43. De acordo com o Guia alimentar para a população brasileira do Ministério da Saúde, os alimentos ultraprocessados são aqueles cuja fabricação envolve diversas etapas e técnicas de processamento. Têm, em geral, um elevado número de ingredientes que incluem substâncias de uso exclusivamente industrial, além de ingredientes culinários. São nutricionalmente desbalanceados e sua formulação leva ao consumo em excesso. São exemplos de alimentos ultraprocessados: biscoito recheado, refrigerantes, macarrão instantâneo, salgadinhos. Definição disponível em: "Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpressão. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014". 44. Brasil, Ministério da Saúde. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN. Estado Nutricional (microdados): 2008-2022. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível aqui. Acesso em: 26 jul. 2024.

4. Tratamento de resíduos

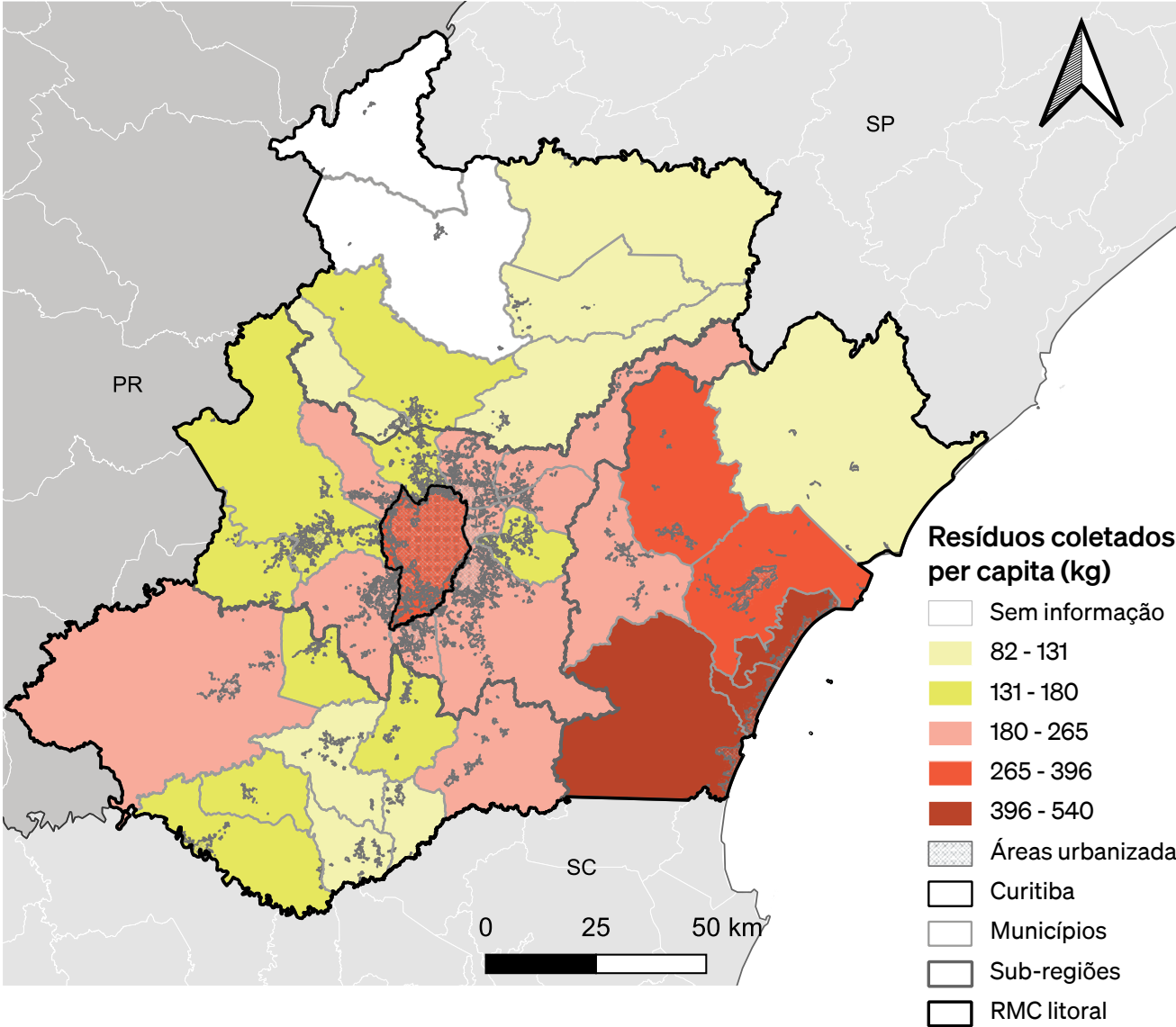
Nas diferentes atividades que compreendem o sistema alimentar – produção, processamento, distribuição, comercialização e consumo –, há perdas, desperdícios e geração de resíduos. Estratégias de redução desses efeitos buscam aproveitar ao máximo os insumos, os produtos (alimentos) e os coprodutos de cada atividade do sistema alimentar, aproveitando o excedente e tratando os resíduos.



O volume total de resíduos domiciliares (RDO) e resíduos públicos urbanos (RPU) coletados pelos municípios da RMC e do Litoral em 2022 foi de 1.027.800 toneladas, sendo que Curitiba representou 53% desse volume (548.844). O segundo maior volume foi o de São José dos Pinhais, com 8% (80.318,50), seguido de Paranaguá, com 6% (57.711), e Colombo, com 5% (49.620). Na outra ponta, com os menores volumes coletados, estão

Campo do Tenente, com 0,10% (1.078), Tunas do Paraná, com 0,07% (752), Adrianópolis, com 0,07% (708), e Guaraqueçaba, com 0,06% (607). As cidades litorâneas de Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos destacam-se em relação ao valor da coleta por número de habitantes, com 540kg, 473kg e 461kg ano per capita, respectivamente. A metrópole Curitiba aparece em sexto lugar, com 309kg/ano por habitante (Mapa 12).

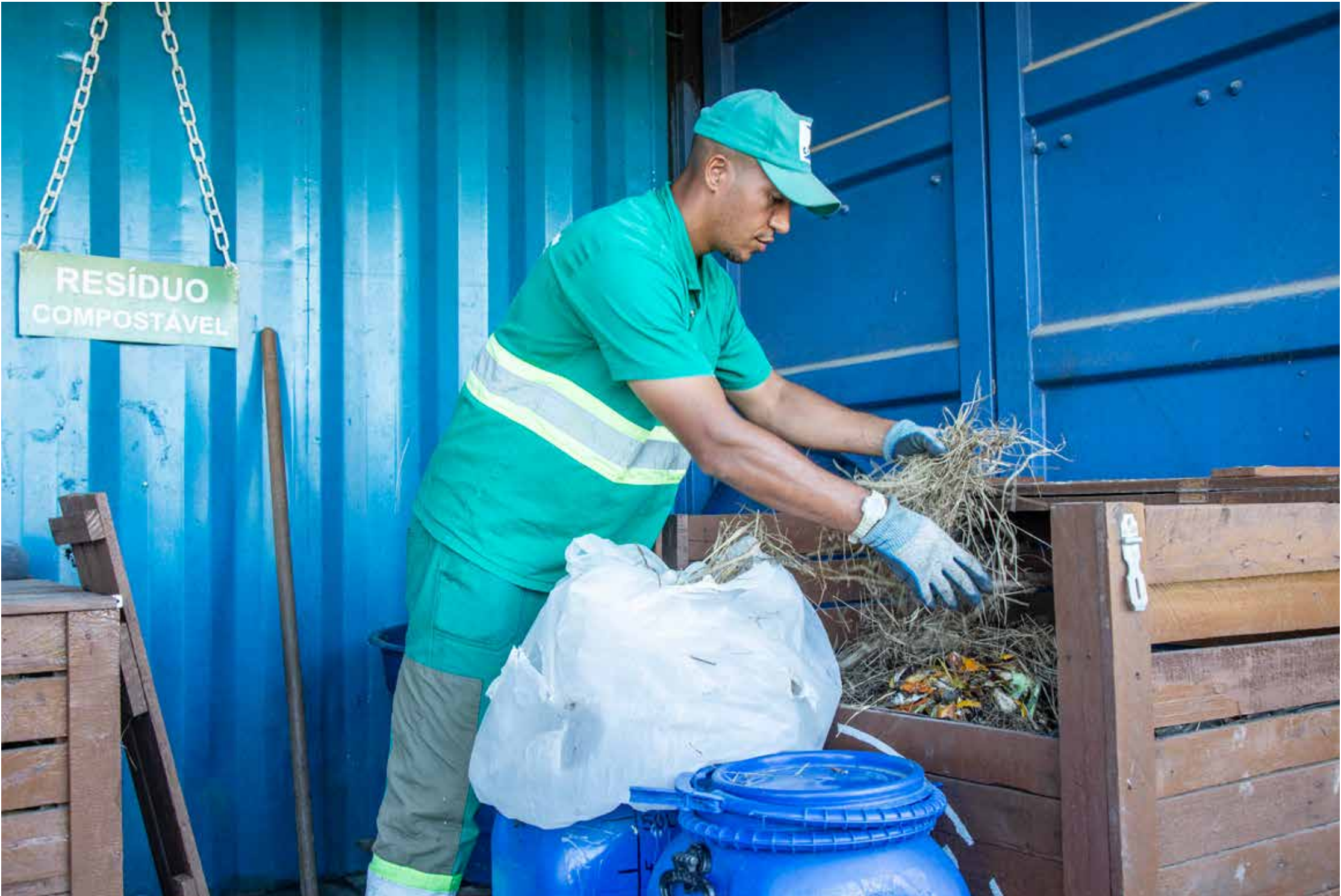
Mapa 12 – Quantidade total de resíduos sólidos coletada per capita na RMC e no Litoral em 2022



Fonte: elaboração própria, com base em dados do SNIS (2022)⁴⁵.

⁴⁵. SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento. **Série Histórica**. Brasília, DF: SNIS, 2022. Disponível [aqui](#). Acesso em: 19 abr. 2024.

Há três frações de resíduos sólidos: orgânica, seca e rejeitos. As duas primeiras podem ser reaproveitadas com diversos usos e transformadas, retornando como insumo para as diversas atividades econômicas. Somente a terceira e menor fração (rejeitos) deveria ser destinada aos aterros sanitários. A matéria orgânica, que hoje corresponde a 40%⁴⁶ dos resíduos enviados para os aterros sanitários⁴⁷, é estimada em 411.120 toneladas. Essa matéria orgânica gera um custo equivalente a R\$38,7 milhões anuais⁴⁸ para destinação aos aterros. Esse valor poderia ser reduzido se redirecionado a outros serviços, como, por exemplo, programas de compostagem. A recuperação desses resíduos poderia gerar 10.278 toneladas de composto com apenas 10% do total aterrado⁴⁹. Por sua vez, os compostos orgânicos poderiam ser utilizados como insumo para a produção de alimentos na região.



⁴⁶. Média calculada em relação ao total de RSU que tiveram como destino o aterro sanitário da Estre, empresa prestadora de serviço para o Consórcio Inter-municipal para Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos – Região Metropolitana de Curitiba (Conresol). In: “CURITIBA. Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Gravimetria dos materiais destinados ao Aterro Sanitário ao longo dos anos (2012–2021). Não divulgado. Curitiba: SMMA, 2022”.

⁴⁷. Parte importante dos resíduos orgânicos deve-se ao desperdício de alimentos: quase um quinto de todo alimento que é produzido no mundo é desperdiçado. Estima-se que 60% do desperdício ocorra no ambiente domiciliar, 26% em serviços alimentares e 13% no varejo de alimentos. A média de alimentos desperdiçados per capita é de 72kg pessoa/ano para países em desenvolvimento e 79kg pessoa/ano para países desenvolvidos, segundo “United Nations Environment Programme (2024). Food Waste Index Report 2024. Nairobi”. Disponível [aqui](#). Além da perda de recursos econômicos e naturais e da ineficiência de uso de recursos naturais do ponto de vista distributivo, o desperdício de alimentos aumenta a geração de resíduos sólidos, gerando maiores emissões de gases de efeito estufa e aumentando custos de gestão de resíduos.

⁴⁸. Multiplicou-se a estimativa de matéria orgânica em 40% do total dos resíduos enviados ao aterro sanitário pelo valor da tonelada (R\$94,16) estabelecido pela Conresol em 2024 para destinação dos resíduos ao aterramento.

⁴⁹. Estimativa de geração de 1kg de composto a cada 4kg de resíduos orgânicos, com base nas experiências da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Curitiba (SMSAN).

Programa Municipal de
Compostagem da Prefeitura
de Curitiba no Ecoponto Érico
Veríssimo, no Bairro Alto
Boqueirão. Curitiba, 07/06/2023.
Foto: Ricardo Marajó/SMCS

5. Conclusão

Curitiba, região metropolitana e Litoral apresentam potencial significativo para realizar a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis.



Os números apresentados demonstram isso por meio de:

- uma produção de alimentos regional capaz de abastecer a população do território, favorecendo o fomento de circuitos curtos de comercialização, que têm o potencial de reduzir as perdas de alimentos e as emissões de CO₂ no processo de distribuição de alimentos, sem contar o potencial de estimular a geração de emprego e renda local.
- uma agricultura urbana forte em Curitiba, parte integrante de uma ampla rede de abastecimento que conta com diversos equipamentos públicos de SAN. Essa rede pode servir de referência para os demais municípios da região.
- índices de segurança alimentar superiores à média nacional. A capital destaca-se nacionalmente, sendo referência em política pública de fomento a sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, por aliar produção de alimentos, promoção da segurança alimentar e nutricional, geração de emprego e renda, aproveitamento de terrenos ociosos, mobilização social e práticas sustentáveis.

O levantamento de dados também evidenciou desafios importantes que Curitiba, região metropolitana e Litoral precisam enfrentar para que a região avance na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis. Os números mostraram uma redução da produção de alimentos importantes para a segurança alimentar, como o feijão, uma queda expressiva no número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e o envelhecimento dos produtores.

Em relação à distribuição de alimentos, o tráfego massivo de cargas na região impacta significativamente a mobilidade, o sistema viário e as emissões de CO₂, especialmente no município de Curitiba. Quanto ao acesso aos alimentos, apesar da ampla rede de abastecimento e equipamentos de SAN existente, os dados mostram que Curitiba ainda registra áreas com pouco acesso a

estabelecimentos que comercializam alimentos saudáveis. E, em relação ao consumo, a situação de insegurança alimentar grave ainda é preocupante entre determinados grupos populacionais. Chama a atenção ainda o aumento de ocorrências de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas à má alimentação.

Como o planejamento urbano regional pode contribuir para que Curitiba, região metropolitana e Litoral tornem as relações de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos no território mais saudáveis e sustentáveis?

Planejadores e gestores públicos urbanos dos municípios da RMC e do Litoral podem desenvolver diversas iniciativas com incidência positiva no sistema alimentar local/regional a partir de um olhar integrado que reconheça as desigualdades presentes no território. Pode-se integrar o sistema alimentar ao planejamento regional utilizando-se instrumentos urbanísticos como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMC, o Plano Diretor, o Zoneamento, o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória (PEUC) e o direito de preempção. Por exemplo:

1

Planejar a implementação de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional nas áreas com baixa oferta de alimentos in natura ou minimamente processados.

2

Remover restrições e criar incentivos à prática agrícola nos zoneamentos urbanos como forma de estimular a produção de alimentos nessas áreas.

3

Incentivar o uso sustentável de espaços urbanos ociosos e terrenos vazios para práticas de agricultura orgânica, agroecológicas, sistemas agroflorestais - inclusive como estratégia de regeneração de Áreas de Preservação Permanente degradadas - e de compostagem de resíduos urbanos.

4

Garantir políticas públicas que fortaleçam a agricultura urbana em áreas vulneráveis, como a articulação de hortas urbanas em áreas com Habitação de Interesse Social (HIS).

5

Utilizar os instrumentos de promoção da função social da propriedade, como o PEUC, para incentivar práticas como agricultura urbana, compostagem, dentre outras. Proprietários de terrenos ociosos podem ser notificados e estimulados a dar esse tipo de destinação aos seus imóveis.

6

Utilizar instrumentos como o direito de preempção para aquisição de áreas estratégicas para produção de alimentos ou para implementar outras políticas de segurança alimentar.

7

Incentivar estabelecimentos comerciais que ofertam alimentos saudáveis e, de forma análoga, desincentivar aqueles que comercializam produtos ultraprocessados e não saudáveis utilizando o zoneamento e o licenciamento de propriedades imobiliárias.

8

Criar “zonas de promoção da saúde e qualidade de vida” em áreas estratégicas, como aquelas próximas a escolas. Isso inclui, por exemplo, a implementação de hortas urbanas, feiras de produtores, equipamentos públicos de SAN e de esporte e lazer. Essas atividades podem envolver a sociedade civil e o setor privado, tais como: comunidade escolar, grupos de consumo responsável, estabelecimentos comerciais etc.

9

Promover diálogos e ações integradas entre os municípios da região para um sistema alimentar regional mais sustentável e saudável, considerando diferentes atores na implementação de políticas articuladas, por exemplo: agricultores da RMC e Litoral, comerciantes, indústrias, consumidores etc. Na elaboração do PDUI, pode-se delimitar um estoque de terras agrícolas no nível da metrópole; reconhecer e promover a diversidade de sujeitos e práticas que compõem o sistema alimentar; estipular a transição da região para uma área livre de agrotóxicos ou promover políticas de compostagem articuladas.

10

Estabelecer, em âmbito metropolitano, melhorias na infraestrutura e logística de transporte e distribuição dos alimentos, minimizando desigualdades de acesso a mercados por parte dos produtores, reduzindo custos e ampliando o acesso a alimentos saudáveis por parte da população.

6. Ficha técnica

Estudo idealizado, conjuntamente, pelo Instituto Escolhas, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura Municipal de Curitiba (SMSAN)

ISBN: 978-65-86405-63-7

Citação: Instituto Escolhas e Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Os caminhos da comida: o papel do planejamento urbano na transformação do sistema alimentar. Sumário Executivo. São Paulo: 2025.

Coordenação executiva (Instituto Escolhas): Jaqueline Ferreira e Juliana Luiz

Coordenação técnica (Ippuc): Pedro Portugal Sorrentino e Elizandra Flávia Araujo.

Equipe técnica (Ippuc): Elizandra Flávia Araujo; Érika Haruno Hayashida; Maria Tereza Gonçalves; Pedro Portugal Sorrentino

Apoio técnico:
Noelia de Moraes Aguirre Carnasciali (SMSAN/PMC)
Gabriel Ole Dalmazo (SMSAN/PMC)
Hilda Carachenski Lalico (SMSAN/PMC)
Dayane Bordignon Xavier (SMSAN/PMC)
Edécio Marques dos Reis (SMMA/PMC)
Felipe Thiago de Jesus (SMSAN/PMC)
Homero Cidade (Prefeitura de Campo Largo)
Lilian Fernanda de Macedo (SMSAN/PMC)
Luiz Dâmaso Gusi (SMSAN/PMC)
Marcos Junior Ferreira da Rosa (SMSAN/PMC)
Emily Brandão (Instituto Escolhas)

Coordenação editorial: Jaqueline Ferreira e Cinthia Sento Sé (Instituto Escolhas)
Edição de texto: Camila Nastari Fernandes e Marcela Alonso Ferreira
Revisão: Página Viva
Edição de arte e capa: Brazz

Agradecimentos:
Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS – PMC);
Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba (SMS – PMC), CEASA/PR e AEN-PR.

Acesse o estudo completo em: escolhas.org/biblioteca/estudos-instituto-escolhas/



Leia o QR Code
para acessar os
links citados nas
notas de rodapé
desta publicação

